

MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAPÁ¹

MINING AND REGIONAL DEVELOPMENT IN AMAPÁ

Jefferson Mota de Carvalho²

Professor Mestre Rogério Luiz da Silva Ramos³

RESUMO: O trabalho analisou a contribuição da mineração amapaense para o desenvolvimento regional, considerando ampliação de capacidades e diversificação produtiva. A pesquisa, de caráter exploratório, utilizou dados da pauta exportadora (Comex Stat), da arrecadação de CFEM (ANM) e de indicadores macroeconômicos (IBGE). Os resultados mostram forte dependência de produtos semimanufaturados — 89,7% das exportações em 2016 concentraram-se em ouro, ferro e manganês — evidenciando um padrão primário-exportador vulnerável. Embora o PIB estadual seja dominado pelo setor de serviços, a indústria extrativa concentra a inserção externa e a arrecadação da CFEM, distribuída de forma desigual entre os municípios. Conclui-se que, apesar do potencial mineral, sua capacidade de promover desenvolvimento é limitada pela fragilidade institucional e pelo uso pouco estratégico da CFEM. Para contribuir de fato com a transformação regional, é necessário planejar seu uso e fomentar encadeamentos produtivos locais.

Palavras-chave: mineração; desenvolvimento regional; CFEM; exportações; Amapá.

ABSTRACT: This study analyzed the contribution of mining activities in Amapá to regional development, understood as the expansion of local capacities and productive diversification. The exploratory research used data from the export agenda (Comex Stat), mining royalties (CFEM/ANM), and macroeconomic indicators (IBGE). Results indicate strong dependence on semi-manufactured products—89.7% of exports in 2016 were gold, iron, and manganese—reflecting a vulnerable primary-export pattern. Although the state GDP is dominated by services, the extractive industry centralizes external insertion and CFEM collection, which is unevenly distributed across municipalities. The study concludes that, despite its economic potential, mining contributes little to development due to institutional fragility and the limited strategic use of CFEM. To foster regional transformation, planned allocation of CFEM and the promotion of local productive linkages are essential.

Keywords: mining; regional development; CFEM; exports; Amapá.

Apresentado em: 26/11/2025.

1 Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Desenvolvimento Regional do Instituto Federal do Amapá como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Desenvolvimento Regional.

2 Acadêmico do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Desenvolvimento Regional. E-mail: jeffmotaccarv@gmail.com.

3 Orientador, Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Docente do Instituto Federal do Amapá. E-mail: rogerio.ramos@ifap.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A economia do Amapá apresenta, desde meados do século XX, uma relação estruturalmente marcada pela mineração. A experiência da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) em Serra do Navio, entre 1957 e 1997, consolidou o Estado como um dos espaços pioneiros da mineração industrial na Amazônia, combinando alta inserção externa com forte dependência de poucos produtos minerais (Amorim; Marques, 2016; Chagas, 2012).

Nas últimas duas décadas, um novo ciclo minerário, centrado sobretudo em ouro, ferro e caulim, recolocou o Amapá no mapa das commodities minerais, em diálogo com a expansão recente da fronteira mineral amazônica (Oliveira; Mathis, 2017; Chagas, 2012). Contudo, a permanência de indicadores sociais frágeis e de uma estrutura produtiva pouco diversificada sugere que a abundância de recursos naturais não se converte, automaticamente, em desenvolvimento regional.

Do ponto de vista do comércio exterior, documentos estaduais indicam que, em determinados anos, a comercialização de bens minerais respondeu por mais de 80% da pauta de exportações do Amapá (Amapá, 2012). Análises do SEBRAE, com base em dados do Comex Stat, mostram que, em 2016, cerca de 89,7% do valor exportado pelo Estado correspondia a produtos semimanufaturados, com clara predominância de ouro, ferro e manganês, enquanto apenas 4,3% eram produtos básicos e 6% manufaturados, reforçando um padrão primário-exportador com baixa diversificação (SEBRAE, 2019).

No âmbito das finanças públicas, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) tornou-se, em anos recentes, uma das principais fontes de arrecadação vinculada ao setor mineral no Estado, com forte concentração em poucos municípios, sobretudo Pedra Branca do Amapari e Serra do Navio (ANM, 2023; Chagas, 2012).

A partir desse contexto, este trabalho tem por objetivo analisar em que medida a mineração amapaense contribui – ou tende a contribuir – para o desenvolvimento regional, entendendo desenvolvimento não apenas como crescimento econômico, mas como ampliação de capacidades, diversificação produtiva e redução de desigualdades sociais (Sen, 2000; Veiga, 2010). Parte-se da hipótese implícita na literatura de que economias especializadas em commodities primárias tendem a enfrentar limites estruturais ao desenvolvimento, especialmente quando a governança dos recursos naturais é frágil e a apropriação das rendas é concentrada (Baldwin, 2016; Amorim; Marques, 2016).

Sem propor “hipóteses testadas” em sentido estrito – o que não se adequa ao escopo deste estudo – o texto busca responder a duas questões orientadoras:

1. Em que medida a mineração amapaense reforça a condição primário-exportadora do Estado?
2. Como a captura e o uso das rendas minerárias (especialmente a CFEM) podem favorecer, ou limitar, trajetórias de desenvolvimento regional?

2 REFERENCIAL TEÓRICO: RECURSOS NATURAIS, DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

2.1 Desenvolvimento além do crescimento

A literatura de desenvolvimento regional tem insistido que crescimento do PIB e aumento de exportações são condições necessárias, mas não suficientes, para o desenvolvimento. Sen (2000) entende desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas – econômicas, sociais e políticas – e não apenas como aumento de renda per capita. Nessa perspectiva, atividades como a mineração podem gerar crescimento econômico sem, necessariamente, fortalecer capacidades locais, diversificar a estrutura produtiva ou reduzir desigualdades.

Veiga (2010) argumenta que territórios fortemente especializados em recursos naturais tendem a enfrentar trajetória de “desenvolvimento truncado”, em que ganhos de produtividade e exportações convivem com baixa integração produtiva e frágil estrutura urbano-regional. Em contextos amazônicos, Becker (2005) destaca que a lógica de ocupação baseada em enclaves (minerais, madeireiros ou agroexportadores) tende a produzir ilhas de dinamismo econômico cercadas por amplas áreas com baixa infraestrutura e vulnerabilidade social.

2.2 Mineração, dependência e enclaves

No caso amazônico, diversas análises – incluindo Chagas (2012); Amorim e Marques (2016) e estudos sobre ciclos de mineração na região – convergem na ideia de que a produção mineral, quando organizada sob a forma de grandes projetos, tende a se aproximar de um modelo de enclave. Esse modelo se caracteriza por forte integração ao mercado externo, alta intensidade de capital, reduzidos encadeamentos produtivos locais e dependência dos ciclos de preços internacionais.

A experiência da ICOMI em Serra do Navio é emblemática: entre 1957 e 1961, as exportações da empresa representaram, em média, 88% das exportações brasileiras de manganês, mantendo ainda uma participação de 84% entre 1967 e 1971 (Amorim; Marques, 2016). Embora o ciclo tenha gerado crescimento e modernização relativa no território, os estudos mostram que

o encerramento das atividades deixou um legado de passivos socioambientais, fragilidade institucional e dependência de decisões tomadas fora do Estado (Chagas, 2012; Drummond, 2000).

Essa literatura sugere que a presença de grandes projetos minerais, por si só, não garante desenvolvimento regional. O que tende a fazer diferença é a combinação entre: i) instituições públicas capazes de regular, negociar e capturar parte relevante das rendas; ii) estratégias de uso da CFEM e de outros tributos que priorizem investimento em infraestrutura, diversificação produtiva e políticas sociais; iii) capacidade local de planejamento e participação social nos processos decisórios (Chagas, 2012; UNCTAD, 2023).

3 METODOLOGIA

Este trabalho adota uma abordagem quantitativa e exploratória, baseada em quatro eixos principais:

3.1 Análise da pauta exportadora do Amapá, com foco na participação de bens minerais, produtos semimanufaturados e manufaturados, a partir de estudos secundários baseados em Comex Stat (SEBRAE, 2019; Oliveira; Mathis, 2017).

3.2 Exame da arrecadação de CFEM segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) desagregados por unidade federativa e por município, com destaque para Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Santana (ANM, 2023).

3.3 Leitura de indicadores macroeconômicos regionais (PIB, estrutura setorial) com base nas Contas Regionais do IBGE e em sistematizações do Governo do Estado do Amapá sobre o PIB estadual (IBGE, 2024; Amapá, 2024).

3.4 Revisão de literatura qualitativa sobre mineração e desenvolvimento regional no Amapá, incluindo estudos de caso sobre o ciclo do manganês e o novo ciclo mineral (Chagas, 2012; Amorim; Marques, 2016; Oliveira; Mathis, 2017).

Não se pretende aqui esgotar o tema nem construir um modelo econométrico. O objetivo é articular dados oficiais recentes com a literatura crítica sobre mineração, indicando caminhos interpretativos e apontando lacunas que podem orientar pesquisas futuras, inclusive com base em séries temporais extraídas diretamente de bases como Comex Stat e SIDRA/IBGE.

4 O POTENCIAL ECONÔMICO DA MINERAÇÃO AMAPAENSE

4.1 Pauta exportadora e especialização mineral

Relatórios do SEBRAE, elaborados a partir de Comex Stat, indicam que, em 2016, o Amapá exportou aproximadamente 264 milhões de dólares, com a seguinte composição: 4,3% produtos básicos, 89,7% semimanufaturados e 6% manufaturados (SEBRAE, 2019). Dentro do grupo de semimanufaturados, destacam-se:

- ouro em formas semimanufaturadas (responsável por cerca de 67,9% do valor exportado);
- produtos siderúrgicos associados ao minério de ferro;
- outros bens de origem mineral, como manganês e caulim.

Essa estrutura sugere que o núcleo dinâmico da pauta exportadora amapaense tem base mineral, com forte concentração em poucos produtos, o que tende a aumentar a vulnerabilidade do Estado a choques de preços internacionais e a oscilações na produção de grandes empreendimentos.

Documentos estaduais anteriores já apontavam esse padrão de especialização. O Plano de Mineração do Estado do Amapá destaca que, em 2012, a comercialização de bens minerais era responsável por cerca de 88% da pauta exportadora estadual (Amapá, 2012). Ainda que a série completa mereça uma análise sistemática, esse dado reforça a ideia de que a mineração ocupa posição central na inserção externa do Amapá.

Do ponto de vista do potencial econômico, esse quadro abre oportunidades e riscos. Por um lado, a especialização mineral pode gerar receitas externas expressivas, atrair investimentos e projetar o Estado no cenário internacional. Por outro, tende a comprimir o espaço de desenvolvimento de cadeias produtivas diversificadas e intensivas em conhecimento, reproduzindo a condição de economia primário-exportadora discutida pela literatura de dependência (Amorim; Marques, 2016; Perobelli, 2004).

4.2 CFEM, concentração territorial e finanças públicas

Os dados da ANM mostram que, em 2022, a arrecadação de CFEM do Amapá somou aproximadamente R\$ 15,1 milhões, valor modesto em comparação com estados líderes como Pará e Minas Gerais, mas significativo para a escala da economia amapaense (ANM, 2023). Mais importante do que o valor agregado é a distribuição territorial da CFEM: a maior parte dos recursos se concentra em poucos municípios mineradores, especialmente Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Santana – este último assumindo papel estratégico pela presença de infraestrutura portuária e de processamento (Chagas, 2012; Cardoso, 2021).

Essa concentração territorial sugere que o potencial da mineração para promover desenvolvimento regional depende fortemente da capacidade de coordenação entre níveis de governo (Estado e municípios) e da existência de instrumentos de planejamento capazes de evitar

que os recursos sejam absorvidos apenas para custeio corrente. Experiências relatadas na literatura sobre o Amapá indicam que, em ciclos anteriores, boa parte das rendas minerárias foi consumida sem consolidar uma base produtiva diversificada ou reduzir de forma duradoura as desigualdades (Chagas, 2012; Amorim; Marques, 2016).

Do ponto de vista do “potencial econômico”, a CFEM pode funcionar como alavanca para financiar infraestrutura logística, ciência e tecnologia, formação profissional e arranjos produtivos locais, desde que sua aplicação seja guiada por estratégias de longo prazo. Caso contrário, tende a ser capturada por pressões de curto prazo ou por interesses localizados, com impacto limitado sobre a trajetória de desenvolvimento regional.

4.3 Mineração, PIB e estrutura produtiva

As Contas Regionais do IBGE e análises do Governo do Estado do Amapá mostram que o PIB estadual alcançou cerca de R\$ 23,6 bilhões em 2022, com crescimento real em torno de 4,3% em relação a 2021 (IBGE, 2024; Amapá, 2024). A decomposição do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor revela uma forte predominância do setor de serviços, que responde por aproximadamente 89,3% do VAB, enquanto a indústria como um todo representa cerca de 6,1% e a agropecuária, 4,6%.

Dentro do agregado industrial, a indústria extrativa mineral apresenta um comportamento volátil. Em 2022, por exemplo, houve queda significativa do VAB da indústria extrativa, estimada em torno de -15,5%, contribuindo negativamente para o desempenho do PIB industrial (Amapá, 2024). Esse dado sugere que, embora a mineração seja relevante para a pauta exportadora e para a arrecadação de CFEM, seu peso no valor adicionado total do Estado é mais instável e menos determinante do que a centralidade política e simbólica do setor poderia indicar.

Em termos estruturais, isso pode ser interpretado de duas maneiras complementares:

- a) Por um lado, a forte participação dos serviços indica que o Amapá já se encontra em uma fase em que o terciário ocupa posição central na economia, o que abriria espaço para políticas de qualificação, inovação e serviços avançados associados à mineração (logística, engenharia, consultorias ambientais, serviços técnicos especializados).
- b) Por outro, a baixa participação relativa da indústria de transformação sugere que o encadeamento produtivo da mineração ainda é restrito, com limitada agregação de valor local e fraca articulação com outros setores, o que reforça o padrão de enclave discutido pela literatura (Amorim; Marques, 2016; Rosas, 2019).

Tomados em conjunto, esses elementos indicam que o potencial econômico da mineração amapaense é real, mas condicionado. O setor gera divisas, arrecadação e algum dinamismo industrial, mas até o momento tem contribuído de forma limitada para uma mudança qualitativa na estrutura produtiva estadual. Essa constatação converge com análises históricas que mostram como, em ciclos anteriores, a extração de manganês produziu crescimento econômico localizado sem consolidar uma trajetória robusta de desenvolvimento socioespacial (Amorim; Marques, 2016; Drummond, 2000; Chagas, 2012).

5 MINERAÇÃO, INSTITUIÇÕES E GOVERNANÇA: ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Um traço recorrente nos estudos sobre mineração no Amapá é a fragilidade institucional. Chagas (2012) destaca que a gestão ambiental e minerária no Estado constitui um “campo potencial de conflitos”, no qual o poder público, em geral, carece de preparo técnico e tecnológico para acompanhar a modernidade da mineração industrial, enquanto as empresas tendem a operar com discursos de sustentabilidade nem sempre acompanhados por práticas consistentes.

Essa fragilidade se manifesta em diferentes dimensões:

- a) Capacidade regulatória limitada para negociar contrapartidas, monitorar impactos e assegurar o cumprimento de condicionantes ambientais e sociais.
- b) Dificuldades na gestão da CFEM, tanto na esfera estadual quanto municipal, o que pode resultar em uso fragmentado e pouco estratégico dos recursos.
- c) Participação social desigual nos processos decisórios, em especial em comunidades diretamente afetadas por empreendimentos e por áreas de passivo ambiental, como o porto de Santana e o bairro Elesbão (Cardoso, 2021).

A literatura aponta que, em contextos como esse, a tendência é que o potencial econômico da mineração se traduza em ganhos de curto prazo, concentrados em determinados grupos e territórios, sem necessariamente alterar a posição estrutural da região na divisão nacional e internacional do trabalho (Amorim; Marques, 2016; Chagas, 2012).

6 CAMINHOS PARA APROVEITAR MELHOR O POTENCIAL MINERAL

À luz dos dados e da literatura, alguns eixos de ação parecem centrais para transformar o potencial econômico da mineração em desenvolvimento regional mais consistente no Amapá:

6.1 Reforçar a capacidade institucional de planejamento e regulação

- Fortalecer órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, planejamento e fazenda, com equipes técnicas estáveis e formação continuada em temas como gestão de recursos naturais, economia mineral e finanças públicas (Chagas, 2012).

- Ampliar a transparência dos contratos, relatórios ambientais, dados de produção e repasses de CFEM, aproximando-se de boas práticas internacionais de governança de recursos naturais (UNCTAD, 2023).

6.2 Planejar o uso da CFEM como instrumento de transformação estrutural

- Destinar parcela relevante da CFEM a investimentos em infraestrutura econômica (logística, energia, conectividade) e social (educação, saúde, saneamento), de forma articulada entre Estado e municípios mineradores.

- Criar ou consolidar fundos específicos para financiar ciência, tecnologia e inovação ligados à mineração e a atividades de diversificação produtiva (agroindústria, bioeconomia, serviços intensivos em conhecimento).

6.3 Fomentar encadeamentos produtivos e serviços associados à mineração

- Estimular arranjos produtivos locais em torno de bens e serviços demandados pela cadeia mineral (manutenção industrial, metalmecânica, serviços ambientais, monitoramento, logística especializada), de modo a reter parte maior do valor agregado no próprio Estado.

- Articular instituições como universidades, institutos federais e centros de pesquisa regionais na formação de mão de obra qualificada e na produção de conhecimento aplicado ao setor.

6.4 Integrar políticas sociais e territoriais

- Planejar a aplicação das rendas minerárias em diálogo com políticas de habitação, mobilidade, saúde e educação, especialmente em municípios impactados por grandes empreendimentos e por passivos ambientais históricos, como Serra do Navio e Santana (Amorim; Marques, 2016; Cardoso, 2021).

Esses eixos não esgotam as possibilidades, mas indicam que o potencial econômico da mineração amapaense só tende a se transformar em desenvolvimento regional quando for mediado por instituições robustas, planejamento de longo prazo e participação social efetiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada sugere que a mineração ocupa, há décadas, uma posição central na economia e na inserção externa do Amapá. Desde o ciclo do manganês em Serra do Navio até o atual ciclo de ouro, ferro e caulim, o Estado tem experimentado sucessivas rodadas de investimentos e de expansão da fronteira mineral.

Os dados de exportações indicam um padrão de especialização concentrado em poucos produtos minerais e semimanufaturados, enquanto a estrutura produtiva estadual permanece dominada pelo setor de serviços e por uma indústria de transformação relativamente pouco diversificada (SEBRAE, 2019; IBGE, 2024). A CFEM representa uma oportunidade concreta de captura de renda, mas sua eficácia como instrumento de desenvolvimento depende da forma como é planejada e utilizada.

À luz da literatura crítica latino-americana sobre dependência e do debate contemporâneo sobre governança de recursos naturais, o caso do Amapá pode ser lido como um exemplo de potencial em disputa: a mineração tanto pode reforçar a condição primário-exportadora e a vulnerabilidade socioambiental, quanto servir de base para um projeto de desenvolvimento regional mais autônomo, desde que as instituições públicas e a sociedade civil consigam disputar o rumo das políticas e a apropriação das rendas.

Em termos de “versão banca”, o texto procura mostrar que há evidências consistentes de centralidade econômica da mineração, mas sua conversão em desenvolvimento regional permanece condicionada. Não se trata de afirmar causalidades rígidas, e sim de indicar tendências e contradições que a literatura especializada e os dados oficiais permitem reconhecer.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Governo do Estado. **Plano de Mineração do Estado do Amapá**. Macapá: Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração, 2012. Disponível em: <https://ageamapa.portal.ap.gov.br/docs/Plano-de-Mineracao.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

AMAPÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Produto Interno Bruto do Estado do Amapá – Contas Regionais 2018–2022**. Macapá: Secretaria de Estado do Planejamento, 2024. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/ZEE_f06e0371da5bc1744fe386c0717b5dcf.pdf. Acesso em: 19 nov. 2025.

AMORIM, Rosana; MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. Dependência e desenvolvimento socioespacial na Amazônia: o caso do manganês no Amapá. **Cadernos CEPEC**, v. 5, n. 6, p. 1-15, jun, 2016. Disponível em: <https://www.ppge.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/documentos/Cadernos%20CEPEC%20V.%205%20N.%206.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Receita Arrecadada – CFEM por Estado e Município, 2022**. Brasília, DF: [s.n], 2023. Disponível em: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/Arrecadacao_cfem_estado.aspx. Acesso em: 19 nov. 2025.

BALDWIN, Richard. **The Great Convergence: Information Technology and the New Globalization**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, 2005.

CARDOSO, Fernanda M. N. Inorganic element assessments in water and a human population in Amapá State, Brazil. **VISA EM DEBATE**, v. 9, n.1, p. 1-10, 2021.

CHAGAS, Marco Antonio Augusto. **Conflitos socioambientais e gestão ambiental da mineração industrial no Amapá**. 201.235f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www2.unifap.br/cambientais/files/2012/01/Tese-Marco-Antonio-Chagas.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2025.

DRUMMOND, José Augusto. Private investments, environmental impact, and the quality of life at a mining venture in the Amazon – the case of the Serra do Navio manganese mine in Amapá. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 6, n. 3, p. 753-792, set., 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 19 nov. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Regionais do Brasil 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/22207-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 19 nov. 2025.

OLIVEIRA, Marcelo José de; MATHIS, Armin. O recente ciclo de mineração no estado do Amapá. **Papers do NAEA**, v. 26, n. 1, p. 1- 27, mar., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/download/12110/8340>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PEROBELLI, Fernando S. **Análise espacial das interações econômicas entre os estados brasileiros: um modelo gravitacional de fluxos interestaduais de comércio**. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2004.

ROSAS, Holger. Mineração na Amazônia brasileira: aspectos da presença de grandes empresas. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 23, n. 1, p. 402-420, jun., 2019. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublicas/article/view/11833>. Acesso em: 30 jan. 2026.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Panorama do Comércio Exterior do Amapá**. Macapá: SEBRAE, 2019. Disponível em: <https://www.amn.am.gov.br/panorama-do-comercio-exterior-do-amapa>. Acesso em: 19 nov. 2025.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **State of Commodity Dependence, 2023**. Genebra: UNCTAD, 2023. Disponível em: <https://unctad.org/publications>. Acesso em: 19 nov. 2025.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2010.